



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 252/2021

Florianópolis, 13 de setembro de 2021.

Senhor Governador do Estado,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de decreto contendo a Alteração 4.356 do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 2.870, de 27 de agosto de 2001.

2. A Alteração 4.356 visa a dar mais clareza ao dispositivo quando se tratar de devolução de mercadorias, nos termos da legislação já vigente. Conforme leitura do atual texto do *caput* do art. 39 do Anexo 5, é obrigatória a emissão de nota fiscal na entrada no estabelecimento de mercadorias quando remetidas por particulares, produtores primários ou pessoas, físicas ou jurídicas, não obrigadas à emissão de notas fiscais. Além disso, o § 1º dispõe que a nota fiscal de entrada servirá para acompanhar o transporte da mercadoria.

3. Contudo, o inciso III do § 1º determina que o referido documento não poderá acobertar o transporte quando se tratar de operações interestaduais, na hipótese do inciso I do *caput* do artigo. Apesar de tal previsão geral, cabe salientar que devoluções de mercadorias possuem tratamento tributário específico na legislação, previsto nos arts. 74 e 75 do Anexo 6 do RICMS/SC-01.

4. Diante desse regramento específico, entende-se que, em se tratando de devoluções de mercadorias, não há impedimento para que a nota fiscal de entrada, emitida nos termos do inciso III do art. 74 do Anexo 6 acoberte o transporte da mercadoria devolvida, ainda que se trate de operações interestaduais.

5. Contudo, a fim de evitar obscuridade, entende-se pela adequação da presente alteração, de forma que tal possibilidade reste clara no Regulamento. Ressalte-se, por fim, que a referida inclusão tem relevante importância devido ao grande volume de devoluções de mercadorias realizadas por consumidores do comércio eletrônico, hipótese constante do inciso I do *caput* do art. 39 alterado.

6. A cláusula de vigência prevê a produção de efeitos a partir da publicação do decreto.

Excelentíssimo Senhor
CARLOS MOISÉS DA SILVA
Governador do Estado
Florianópolis/SC



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
GABINETE DO SECRETÁRIO**

EM nº 252/2021

Respeitosamente,

PAULO ELI
Secretário de Estado da Fazenda

ANEXO ÚNICO
COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA ALTERAÇÃO

| REDAÇÃO ATUAL | REDAÇÃO PROPOSTA | EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS |
|--|--|--|
| RICMS, ANEXO 5, TÍTULO II, CAPÍTULO II, SEÇÃO I, SUBSEÇÃO IV | ALTERAÇÃO 4.356 | JUSTIFICATIVA |
| <p>Art. 39.....</p> <p>.....</p> <p>§ 3º</p> | <p>Art. 39.</p> <p>.....</p> <p>§ 4º O disposto no inciso III do § 1º deste artigo não se aplica nas operações de devolução de mercadorias para a hipótese prevista no inciso I do <i>caput</i> deste artigo.</p> | <p>A Alteração 4.356 visa a dar mais clareza ao dispositivo quando se tratar de devolução de mercadorias, nos termos da legislação já vigente.</p> <p>Conforme leitura do atual texto do <i>caput</i> do art. 39 do Anexo 5, é obrigatória a emissão de nota fiscal na entrada no estabelecimento de mercadorias quando remetidas por particulares, produtores primários ou pessoas, físicas ou jurídicas, não obrigadas à emissão de notas fiscais. Além disso, o § 1º dispõe que a nota fiscal de entrada servirá para acompanhar o transporte da mercadoria.</p> <p>Contudo, o inciso III do § 1º determina que o referido documento não poderá acobertar o transporte quando se tratar de operações interestaduais, na hipótese do inciso I do <i>caput</i> do artigo.</p> <p>Apesar de tal previsão geral, cabe salientar que devoluções de mercadorias possuem tratamento tributário específico na legislação, previsto nos arts. 74 e 75 do Anexo 6 do RICMS/SC-01.</p> |

| | | |
|-----------------------------|--|---|
| | | <p>Diante desse regramento específico, entende-se que, em se tratando de devoluções de mercadorias, não há impedimento para que a nota fiscal de entrada, emitida nos termos do inciso III do art. 74 do Anexo 6 acoberte o transporte da mercadoria devolvida, ainda que se trate de operações interestaduais.</p> <p>Contudo, a fim de evitar obscuridade, entende-se pela adequação da presente alteração, de forma que tal possibilidade reste clara no Regulamento. Ressalte-se, por fim, que a referida inclusão tem relevante importância devido ao grande volume de devoluções de mercadorias realizadas por consumidores do comércio eletrônico, hipótese constante do inciso I do <i>caput</i> do art. 39 alterado.</p> |
| CLÁUSULA DE VIGÊNCIA | REDAÇÃO PROPOSTA | JUSTIFICATIVA |
| | Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. | Cláusula de vigência estabelecendo a produção de efeitos a partir da publicação do decreto. |